

**O APOIO DOS ESTADOS UNIDOS
AO NACIONALISMO ANGOLANO
NOS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA
EM ANGOLA**

Luís Nuno Rodrigues

O APOIO DOS ESTADOS UNIDOS AO NACIONALISMO ANGOLANO NOS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA EM ANGOLA

Luís Nuno Rodrigues

INTRODUÇÃO

Este texto aborda de forma sumária as relações estabelecidas entre os Estados Unidos e a União dos Povos de Angola (UPA) durante o período da administração Kennedy (1961-1963), isto é, nos primeiros anos da guerra de libertação em Angola. Procura dar uma visão necessariamente sintética dos contactos estabelecidos quer pelo governo dos EUA, quer por organizações não-governamentais norte-americanas, fornecendo pistas para futuras investigações. Num primeiro momento, é abordada a evolução da política dos EUA em relação ao continente africano no período da Guerra Fria; depois são analisados os contatos entre a administração Kennedy e a UPA, em especial o seu líder, Holden Roberto; um terceiro ponto tratará do papel dos atores não estatais e da sua importância no apoio humanitário à UPA na fase inicial do conflito; por fim, voltará a ser abordada a dinâmica da Guerra Fria global e o modo como ela se cruzou com o apoio que os Estados Unidos deram a Roberto e à UPA.¹

1. UMA NOVA POLÍTICA PARA ÁFRICA

Com o início da Guerra Fria, as preocupações fundamentais dos Estados Unidos passaram a ser a contenção da União Soviética e a recuperação económica dos seus aliados na Europa Ocidental. As questões africanas e o desmantelamento dos antigos impérios europeus foram relegados para segundo plano e a administração Truman tornou-se cada vez mais relutante em exigir a autodeterminação das colónias africanas dos seus aliados na NATO e no Plano Marshall, como Portugal, França e Grã-Bretanha. Como explicou o historiador Thomas Noer, os líderes norte-americanos temiam que uma rápida

¹ O artigo apresenta de forma sintética a comunicação apresentada pelo autor em fevereiro de 2022, no ciclo de conferências "Lusophone Africa and the Global Cold War: New International and Regional Perspectives", organizado por Natalia Telepneva e Rui Lopes. Baseia-se também em investigação conduzida pelo autor e publicada parcialmente em Rodrigues, Luís Nuno (2004). "Today's terrorist is tomorrow's statesman: the United States and Angolan Nationalism in the early 1960s". in *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 3, Number 2, pp 115-140.

descolonização pudesse pôr em causa a recuperação económica da Europa, bem como gerar um conjunto de “nações africanas fracas e instáveis, incapazes de impedir a subversão soviética” no continente africano. Este conjunto de pressupostos acabou por determinar, em grande medida, a posição dos Estados Unidos face ao colonialismo português no final dos anos 1940 e na primeira metade da década de 1950.²

Este cenário começou a alterar-se ainda durante a década de 1950 com o crescimento do movimento anticolonialista e a gradual dissolução dos impérios britânico e francês. A onda anticolonial atingiria o seu auge em 1960, ano em que John F. Kennedy foi eleito nos Estados Unidos, quando dezasseis novas nações africanas conquistaram a sua independência. Além disso, a situação em África tinha-se tornado num foco de tensão no contexto da Guerra Fria porque, nos anos anteriores, a União Soviética vinha prestando cada vez mais atenção às questões africanas, tentando estabelecer relacionamentos estreitos com os movimentos nacionalistas e com os países recém-independentes e respetivos governos.

Ainda antes de ser eleito, o futuro presidente John Kennedy tinha dado sinais claros de que pretendia alterar esta política. O continente africano, tornou-se, pela primeira vez, um tema de campanha eleitoral nos Estados Unidos, com Kennedy a distanciar-se do candidato republicano e da política seguida pela cessante administração Eisenhower. Kennedy insistiu por diversas vezes na ideia de que os Estados Unidos estavam a perder terreno em África face à crescente influência soviética e que isso se devia sobretudo ao facto de os americanos terem “negligenciado e ignorado as necessidades e aspirações do povo africano”.³

Uma vez eleito, Kennedy criou uma *Task Force* para recomendar uma nova política para África. No seu relatório final, este grupo considerava que a política externa norte-americana não tinha sido capaz de acompanhar a velocidade das transformações em África, sobretudo porque os Estados Unidos estavam acostumados a lidar com os assuntos africanos através das potências europeias que controlavam a maior parte do continente. A realidade em África, porém, tinha-se alterado muito significativamente nos últimos anos e “a relativa estabilidade do período colonial, baseada numa ordem imposta,

² Noer, Thomas J. (1989). "New frontiers and old priorities in Africa", in Paterson, Thomas G (ed). *Kennedy's Quest for Victory: American Foreign Policy 1961-1963*. New York: Oxford University Press. Ver igualmente Marcos, Daniel (2022). *Entre o Império e a NATO: Portugal e os Estados Unidos da América (1949-1961)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, sobretudo Capítulo III.

³ Schlesinger Jr, Arthur (1965). *Thousand days. John F. Kennedy in the White House*, Boston, pp 554.

tinha repentinamente dado lugar a uma séria instabilidade proveniente da emergência de muitos regimes independentes, fracos e pouco experientes”.⁴ A nova administração deveria adaptar a sua política aos novos “ventos de mudança” que se sentiam no continente. Os seus objetivos principais deveriam ser “o fim completo do domínio colonial” e o desenvolvimento de “governos africanos estáveis comprometidos com o desenvolvimento económico e social e com o respeito pelos direitos humanos”. Ao mesmo tempo, o futuro governo norte-americano deveria evitar a divisão do continente africano em “esferas de influência” e também a proliferação de “conflitos internos em África”.⁵

O relatório da *Task Force* também era particularmente crítico da política seguida pelos Estados Unidos relativamente às colónias portuguesas. Condenava a “impressão generalizada de que os Estados Unidos apoiam o colonialismo português em Angola, Moçambique e Guiné” e descrevia o domínio português nestes territórios como “intolerável”. Justificava esta ideia com o facto de os Estados Unidos apoiarem a participação de Portugal na NATO e com a importância da base militar norte-americana nos Açores. O relatório considerava ainda que o “silêncio” norte-americano no que dizia respeito à política portuguesa em África era um ónus que superava em muito “quaisquer considerações estratégicas de curto prazo” e sugeria que a nova administração exercesse forte pressão sobre Portugal “tendo em vista a emancipação de seus territórios africanos”.⁶

2. A ADMINISTRAÇÃO KENNEDY E A UPA

Antes mesmo da tomada de posse de John F. Kennedy, no final de janeiro de 1961, tinham sido estabelecidos contactos entre o governo dos Estados Unidos e a UPA. A título de exemplo, no dia de 2 de dezembro de 1960, Holden Roberto tinha sido recebido por William Wight, do *Bureau* de Assuntos Africanos do Departamento de Estado. Roberto vinha acompanhado por Theodore Tucker, do *National Council of Churches*, que o apresentou como um “nacionalista genuíno, mas moderado e anticomunista”. O líder da UPA pediu auxílio americano, mas William Wight respondeu que, embora a política americana fosse a de favorecer a autodeterminação de todos os

⁴ Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), MNE-SE, PEA Conf. Box 15.

⁵ AHD, MNE-SE, PEA Conf. Box 15.

⁶ AHD, MNE-SE, PEA Conf. Box 15.

povos, o governo dos Estados Unidos não poderia interferir nos “assuntos internos” de Portugal. Era ainda esta a posição oficial do governo Eisenhower, em dezembro de 1960.⁷

Mas foi depois do começo da guerra em Angola que os contactos com Holden Roberto se intensificaram. Através da CIA, os Estados Unidos passaram a garantir o pagamento a Holden Roberto de alguns milhares de dólares anuais.⁸ Este apoio monetário foi aliás explicitamente assumido pelo Secretário de Estado Dean Rusk em conversa com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, em Maio de 1962. Rusk declarou na altura que “tem havido contactos americanos com Roberto para fins de *intelligence*, mas os pagamentos envolvidos não seriam suficientes para comprar uma única metralhadora”.⁹ O presidente John Kennedy também estava ciente dessa situação. Numa reunião com o Presidente em abril de 1962, o ex-secretário de Estado Dean Acheson acusou os Estados Unidos de “subsidiarem os inimigos de Portugal” em Angola. Kennedy respondeu que o único propósito desta ação fora manter o movimento nacionalista angolano “fora das mãos do comunismo”.¹⁰

No dia 15 de março de 1961, quando a UPA lançou a sua ofensiva no Norte de Angola, Holden Roberto estava em Nova York, onde se reuniu com a delegação norte-americana nas Nações Unidas (USUN). O líder da UPA recomendou aos Estados Unidos que pressionassem Portugal “para o reconhecimento de Angola como território não autónomo” e salientou que se os Estados Unidos não assumissem a liderança na pressão para “reformas” em Angola, existia um “perigo real de crescimento da influência comunista” em Angola.¹¹ No dia 20 de março, o *The New York Times* divulgou a presença de Roberto em Nova York. Segundo o jornal, esta fora a terceira deslocação do líder da UPA a Nova York e às Nações Unidas “para defender a independência de Angola”. Durante a sua visita aos Estados Unidos, o líder da UPA “prestou homenagem ao novo governo americano e seu jovem e dinâmico líder”. Roberto declarou que se encontrara com John F. Kennedy antes mesmo da sua eleição e que registara a sua posição de apoio aos “movimentos nacionalistas africanos”. Declarou ainda que Angola estava “orgulhosa por ter contribuído para a reversão das políticas americanas sobre África e o colonialismo”.¹²

⁷ “Visit by Leader of one of the Angolan Nationalist Movements. Memorandum of Conversation, December 1 and 2, 1960”. National Archives and Records Administration (NARA), SDCE, 1960-63, Box 1821, 753n.00/12-260.

⁸ Mahoney, Richard D. (1983). *JFK: Ordeal in Africa*. New York, pp 204-206.

⁹ “U.S. Government Support of Holden Roberto and the UPA, May 5, 1962”. NARA, SDCE, 1960-63, Box 1260, 611.53/5-562.

¹⁰ “Memorandum of Conversation with the President, April 2, 1962”, in David McLellan and David Acheson (ed.), *Among Friends. Personal Letters of Dean Acheson*, Nova York, 1980, pp. 225-228.

¹¹ “New York 2506, March 16, 1961.” NARA, SDCE, 1960-63, Box 1821, 753n.00/3-1661.

¹² *The New York Times*, 25 de março de 1961, p. 4.

Após esta viagem de Roberto aos Estados Unidos, o Departamento de Estado ficou verdadeiramente impressionado com o líder angolano. Um telegrama de 21 de março, assinado pelo secretário de Estado Dean Rusk, indicava à embaixada americana em Leopoldville, capital da República do Congo, que devia agora aumentar seus contatos com o líder da UPA. O Departamento de Estado tinha sido informado de que Roberto estava a regressar a Leopoldville, a fim de “avaliar os resultados das incursões lideradas pela UPA em Angola, obter relatos em primeira mão dos participantes e considerar a conveniência e o momento para a criação de um governo provisório angolano no exílio”. O Departamento de Estado solicitou à embaixada que estabelecesse contactos “abertos, embora discretos” com Roberto e lhe dissesse que os Estados Unidos estavam “profundamente preocupados com as relações luso-angolanas” e gostariam de se manter “informados sobre as atividades e pensamento da UPA.” O Departamento de Estado pedia também ao Embaixador uma “avaliação da integridade e do carácter de Holden, enquanto líder da UPA, bem como da conveniência deste nível de envolvimento dos Estados Unidos nesta fase”. Por fim, Washington dava conta que, enquanto esteve nos Estados Unidos, Holden Roberto “impressionou favoravelmente” os grupos privados e as organizações não-governamentais com que se encontrou e manifestou o seu interesse em voltar a conversar com o governo norte-americano aquando do seu regresso aos Estados Unidos.¹³

3. OS CONTACTOS COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

São vários os exemplos de contactos estabelecidos entre a UPA e grupos privados e organizações não-governamentais dos EUA que acabaram por desempenhar um papel decisivo na canalização do apoio norte-americano e internacional para a UPA e para os angolanos nos primeiros anos da guerra. Neste texto serão abordados brevemente quatro exemplos.

O caso mais significativo é o do *American Committee on Africa* (ACOA), criado em Nova York em 1953 com o objetivo de apoiar as independências africanas. De acordo com um memorando do Departamento de Estado, o ACOA era “a principal organização política nos Estados Unidos protestando contra o domínio português em Angola e apoiando a causa de Roberto nos Estados Unidos”, em parte devido a “uma amizade de longa data entre o diretor executivo da ACOA, George Houser, e Holden Roberto”. Este apoio do

¹³“Outgoing Telegram 10676, March 21, 1961.” NARA, SDCF, 1960-63, Box 1821, 753n.00/3-2161.

ACOA à UPA “tem sido em grande parte de natureza propagandística, incluindo a publicação de panfletos, a organização de conferências de imprensa e a propaganda a favor da causa da UPA nos Estados Unidos”. Apesar de o apoio financeiro direto do ACOA a Holden Roberto ser considerado “insignificante”, esta organização tinha conseguido recolher fundos para, por exemplo, financiar o envio de um médico canadiano e de medicamentos destinados a uma clínica da UPA em Angola.¹⁴

Neste contexto, o momento mais marcante foi a visita a Angola de George Houser e de John Marcum, este último também professor da Lincoln University. Em Janeiro de 1962, os dois homens fizeram uma longa viagem em território angolano controlado pelos nacionalistas e foram escoltados por membros da UPA. No seu regresso a Washington, reuniram-se com vários funcionários do Departamento de Estado, a quem relataram as suas observações, procurando convencer o governo americano a fornecer mais apoio direto à UPA. Essa estreita relação entre ACOA e UPA continuou nos anos seguintes.¹⁵

Um segundo exemplo remete para as atividades das missões protestantes e dos missionários norte-americanos em Angola. As igrejas protestantes “estavam ativas em Angola desde a década de 1880 e durante décadas atraíram a atenção e a ira das autoridades portuguesas que acreditavam que a influência ‘estrangeira’ dos missionários norte-americanos estava a ‘desnacionalizar’ os angolanos”.¹⁶ No início da década de 1960, de acordo com um relatório das autoridades americanas em Luanda, existiam nove comunidades protestantes ativas em Angola, operando em missões, acampamentos, escolas e hospitais. O cônsul dos Estados Unidos em Luanda reconhecia que o protestantismo se tornara numa “força política muito considerável entre os africanos, apesar da superioridade numérica da igreja católica”. A expansão das missões protestantes tinha “isolado uma grande parte da população africana de Angola do *mainstream* da cultura portuguesa”. Embora o protestantismo “não fosse em si mesmo politicamente subversivo”, ele tinha “moldado uma sociedade” e “treinado uma elite” em grande parte “incompatível com a política tradicional portuguesa”.¹⁷

¹⁴ “American Private Organizations and Persons Aiding Holden Roberto. Memorandum from Thomas Hughes to George Ball, August 23, 1963”. NARA, SDCE, 1963, Box 3815.

¹⁵ Ver também Tague, Joanna (2015). “American humanitarianism and the end of Portugal’s African empire: Institutional and governmental interests in assisting angolan refugees in Congo, 1961-74”. in *Portuguese Journal of Social Science*, Volume 14, Issue 3, pp 343-359.

¹⁶ Burlingham, Kate (2019). “Praying for justice: the World Council of Churches and the program to combat racism”. in *Journal of Cold War Studies*, Vol 21, Issue 1, pp 66-961.

¹⁷ “Luanda A-2, July 5, 1963.” NARA, SDCE, 1963, Box 3816.

Quando a guerra começou em Angola, a imprensa e as autoridades portuguesas frequentemente apontaram o dedo às missões protestantes, considerando-as responsáveis pela eclosão das revoltas.¹⁸ Poucos dias depois dos ataques da UPA, o cônsul dos Estados Unidos solicitou às autoridades portuguesas que “fossem tomadas todas as medidas possíveis para garantir a segurança das famílias dos missionários protestantes”. O governador geral de Angola respondeu que não permitiria ataques diretos aos missionários e às suas propriedades. No entanto, tendo em conta que “alguns missionários estavam ao corrente e toleravam as atividades antiportuguesas” não se poderia responsabilizar pelas acusações publicadas na imprensa ou até pela ação de “multidões em fúria”.¹⁹

Um terceiro exemplo do papel de atores não estatais no apoio à UPA e ao nacionalismo angolano é o da *Lincoln University* e do programa criado nesta universidade, perto de Filadélfia, para a educação de estudantes oriundos das colônias portuguesas. O programa, dirigido pelo já referido John Marcum, teve início em outubro de 1961 e foi criado na sequência de “uma manifestação de interesse direto da Casa Branca”, com o objetivo principal de receber “estudantes refugiados das zonas coloniais em África”. Em agosto de 1961, o embaixador dos Estados Unidos em Lisboa informou o governo português sobre este programa e o governo português opôs-se veementemente, considerando que os estudantes iriam receber “educação americana” em vez de “educação portuguesa”. Deste modo, estariam expostos a “influências poderosas, hostis a Portugal e anticolonialistas, que certas organizações, como o *American Committee on Africa*, tentariam de imediato exercer”. Para o governo português esta situação representava “mais uma tentativa dos Estados Unidos para minar a presença portuguesa em África”, com o objetivo de formar “líderes que possam assumir o governo e a administração de Angola e Moçambique quando estes se tornarem independentes”. No início de 1962, apesar dos protestos portugueses, o programa tinha já recebido oito alunos de Angola, três de Moçambique e um da Guiné-Bissau.²⁰

Por fim, refira-se o envolvimento de várias organizações norte-americanas no auxílio humanitário a refugiados angolanos nos meses e anos que se seguiram ao início da guerra colonial. Uma delas era o chamado *African Refugee Relief Committee*, instituição que tinha facilitado o envio de “contribuições de mate-

¹⁸ Henderson, Lawrence W. (1979). *Angola. Five centuries of conflict*. Ithaca, pp 179.

¹⁹ “Luanda 154, March 26, 1961.” NARA, SDCE, 1960-63, Box 1821, 753N.00/3-2761.

²⁰ “Training Program in the U.S. for Portuguese African Students, from William Tyler to Alexis Johnson, March 2, 1962”. NARA, SDLF 68D401, Entry 5296, Box 1.

rial e equipamento médico e de roupa” para o Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos, em Leopoldville. O Diretor do *African Refugee Relief Committee*, John Mosler, de acordo com um relatório do Departamento de Estado, obteve “importantes contribuições em produtos médicos de empresas farmacêuticas americanas, roupas em segunda mão da Catholic Relief e apoio financeiro da AFL/CIO para cobrir os custos de envio”.²¹

A mais importante destas instituições foi, no entanto, o International Rescue Committee (IRC). O seu Presidente, William van den Heuvel, deslocou-se a Leopoldville em abril de 1962 para auxiliar na implementação de novas medidas de assistência aos refugiados angolanos. A sua visita resultou “na formulação de um plano para o IRC encaminhar medicamentos e produtos médicos para os refugiados”.²² Assim que voltou aos Estados Unidos, Heuvel contactou o Bureau of African Affairs, informando que o IRC tinha conseguido contratar um médico cubano para a clínica da UPA em Leopoldville e que dispunha agora de 5 mil dólares em “medicamentos e equipamento médico” prontos para serem entregues.²³ Mas Heuvel acabaria por enfrentar algumas dificuldades para desenvolver os seus planos. Conforme admitiu, estas dificuldades começaram depois do regresso da sua viagem a Angola, quando tornou públicas as suas “opiniões políticas sobre os acontecimentos em Angola em entrevistas a jornais e televisão, e também durante uma reunião no Departamento de Estado”. Heuvel disse a funcionários do Departamento de Estado que o seu programa resultaria em “auxílio direto à UPA de Holden Roberto”. Porém, apercebeu-se rapidamente de que “tinha ido longe demais nessas declarações públicas e privadas” e acabou por substituir o seu plano de “auxílio direto” à UPA pelo apoio à deslocação de um médico para trabalhar na área onde se localizavam os refugiados angolanos. O presidente do IRC ficara muito impressionado com o facto de que em Leopoldville “a clínica apoiada pela UPA estava sem pessoal e sem equipamentos adequados e mal abastecida com medicamentos, enquanto a instalação patrocinada pelo MPLA tinha médicos bem treinados e um suprimento completo de medicamentos fornecidos pelos países do Bloco [de Leste]”.²⁴

²¹ “American Private Organizations and Persons Aiding Holden Roberto, Memorandum from Thomas Hughes to George Ball, August 23, 1963”. NARA, SDCF, 1963, Box 3815.

²² “Proposal of IRC involving Angolan Refugees in Congo, November 8, 1962”. NARA, SDLF, Entry 3093, Box 2.

²³ “Holden Roberto visit to the United States, June 21, 1962”. NARA, SDLF, Entry 3093, Box 2.

²⁴ “Proposal of IRC involving Angolan Refugees in Congo, November 8, 1962”. NARA, SDLF, Entry 3093, Box 2.

4. MUDANÇA DE POLÍTICA

Gradualmente, a política da administração da Kennedy relativamente ao colonialismo português e, em particular, às suas relações com a UPA, iria ser alterada. A partir de meados de 1962, não só a delegação americana nas Nações Unidas começou a abster-se ou a votar contra resoluções sobre a política colonial portuguesa, como a administração Kennedy autorizou várias vendas de equipamento militar a Portugal. As declarações públicas das autoridades americanas criticando o colonialismo português também foram desaparecendo. A causa principal desta mudança foi a existência da base militar norte-americana nos Açores e o seu valor em termos militares e estratégicos no contexto da Guerra Fria. Os Estados Unidos pretendiam manter as suas instalações militares na ilha Terceira, mas o acordo existente com Portugal terminaria a 31 de dezembro de 1962. De acordo com o Departamento de Defesa, os Açores eram “a instalação mais valiosa que os Estados Unidos estão autorizados a usar por uma potência estrangeira”, essencial “para executar planos de emergência ou de contingência que exijam a rápida implantação aérea de unidades terrestres ou de força aérea na Europa, Oriente Médio ou África”.²⁵ O governo português, por seu turno, decidido a manter a sua presença em África, iria fazer depender as negociações relativas aos Açores de uma mudança da política norte-americana relativamente ao colonialismo português.²⁶

Deste modo, em outubro de 1962, o governo dos Estados Unidos acabaria por decidir que Holden Roberto não voltaria a ser recebido pela USUN ou pelo Departamento de Estado. As instruções enviadas ao embaixador em Lisboa explicavam a nova política da administração Kennedy: se o governo português levantasse a questão dos contactos entre Holden Roberto e o governo dos Estados Unidos, o embaixador Elbrick deveria afirmar que “num esforço de acomodação com o governo de Portugal, estamos dispostos a não receber Roberto na missão dos Estados Unidos em Nova York”, nem no próprio Departamento de Estado.²⁷

²⁵ “Presidential Task Force on Portuguese Territories in Africa. Report. July 12, 1961.” NARA, SDCF, 1960-63, Box 1816, 753.022/7-1361.

²⁶ Ver, por exemplo, Rodrigues, Luís Nuno (2011). “Trading human rights for base rights: John F. Kennedy, Africa and the Azores Base”. in Aubourg, Valerie e Scott-Smith, Gilles (eds). *Atlantic, euroatlantic, or Europe-America?*. Paris: Éditions Soleb, pp 446-467. Para uma visão geral da descolonização portuguesa ver Moita, Luís (1985). “Elementos para um balanço da descolonização portuguesa”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 15/16/17, pp 501-509.

²⁷ “Instructions for Conversations with Foreign Minister, October 10, 1962”. NARA, SDCF, 1960-63, Box 1814, 753.00/10-1862.

Esta nova política levou Holden Roberto a escrever diretamente ao Presidente John F. Kennedy, em Dezembro de 1962. Roberto evocou a “crescente indignação do povo angolano com a identificação da política dos Estados Unidos em relação a Angola com os desígnios de Portugal” e afirmou existir “forte pressão sobre mim para abandonar o rumo da razoabilidade e da moderação que tenho seguido até agora”. Roberto relembrou o “calor do nosso primeiro encontro quando era Senador... preocupado com o bem-estar do povo de Angola” e contrastou-o com a situação atual em que “as necessidades puramente humanitárias dos nossos refugiados e estudantes são deixadas sem resposta e a ajuda é cortado devido à pressão do Departamento de Estado, mesmo quando tal ajuda foi oferecida por organizações americanas de assistência e educação completamente não oficiais e privadas”.²⁸

No final do ano de 1963, a embaixada dos Estados Unidos em Leopoldville enviaria um telegrama urgente para Washington avisando que Holden Roberto estava “a considerar uma reorientação básica da política nacionalista angolana em favor de uma cooperação estreita com o bloco comunista”. O Bureau of African Affairs acreditava que esta informação era verdadeira, “pelo menos o envio de uma delegação à China comunista e a disposição de Roberto em aceitar armas chinesas”. A “resposta favorável de Roberto às aberturas chinesas” certamente foi motivada por “considerações internas”, como “necessidade de armas, dinheiro e algo para satisfazer seu povo descontente”, tendo em conta a diminuição gradual dos apoios norte-americanos.²⁹

5. NOTAS FINAIS

Como se constatou nas páginas precedentes, era notória a existência de contactos entre o governo dos Estados Unidos, em particular a administração Kennedy, e a UPA, tanto antes como logo após o início do conflito em Angola. Tal facto correspondia a uma tentativa por parte dos Estados Unidos de inverter a sua tradicional política para com o continente africano e o reconhecimento por parte dos norte-americanos de que a União Soviética se encontrava a ganhar vantagem em África, pela sua política de apoio ao nacionalismo africano. O governo português estava ao corrente

²⁸ “Letter from Holden Roberto to the President”, NARA, SDLF 68D401, Entry 5296, Box 4.

²⁹ “Embassy Leo Telegram re Change in Holden Roberto’s Orientation. Memorandum from G. McMurtrie Godley to Mennen Williams, December 30, 1963”. NARA, SDCE, 1963, Box 3815.

destes contactos e denunciou publicamente as ligações públicas e privadas entre os Estados Unidos e a UPA. Considerou estes contactos como um dos maiores problemas nas relações entre os Estados Unidos e Portugal e pressionou o governo norte-americano para alterar a sua postura. Com o tempo, os Estados Unidos acabaram por ceder às pressões portuguesas e por reduzir a frequência e o nível dos contactos mantidos com Holden Roberto. Esta nova mudança deveu-se sobretudo ao receio de perder a base militar nos Açores e foi uma decisão bastante criticada internamente por Mennen Williams, o subsecretário de Estado para os assuntos africanos que considerou que os Estados Unidos estavam a negar a sua própria “herança histórica” nesta “última fase da dissolução dos impérios coloniais ocidentais”.³⁰

Por fim, como também foi referido, os contactos oficiais foram apenas uma parte desta história. As relações internacionais são bem mais do que as relações bilaterais, Estado a Estado e, por conseguinte, qualquer avaliação do apoio dos Estados Unidos ao nacionalismo angolano e à UPA em particular, precisa de levar em conta o apoio político, económico, educacional e humanitário de organizações não-governamentais e grupos privados, de igrejas e de escolas, sendo que neste texto se escolheu salientar o papel de algumas destas organizações, como o *American Committee on Africa*, as missões Protestantes e os missionários americanos em Angola, a Universidade de Lincoln e o *International Rescue Committee*. São apenas quatro exemplos referidos muito sumariamente, existindo certamente muitos mais, quer nesta fase inicial do conflito e Angola, quer em anos posteriores. O que fica claro é que a ação destas organizações se encontrava mais liberta dos constrangimentos estratégicos que impunham limitações à ação do governo dos Estados Unidos e que, por conseguinte, o seu apoio à UPA foi, nestes anos iniciais, mais direto e porventura mais consequente do que aquele que era provido por canais oficiais.

³⁰ “Contact with African Nationalist Leaders. October 23, 1962”. NARA, SDLF, Entry 3093, Box 2.

